



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

EDUCAÇÃO POPULAR E ESTADO: ABORDAGENS EM TESES DE DOUTORADO NOS ANOS 2000

Betânia dos Santos Cordeiro

betaniascordeiro@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Maria Clara Bueno Fischer

clara.fischer@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para um estado da arte sobre a produção acadêmica brasileira que relaciona a Educação Popular e o Estado, em nível de teses de doutorado. São objetos empíricos do estudo, teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação, de universidades brasileiras, aprovadas a partir dos anos de 2000. Ainda que não se trate da realização de um efetivo estado da arte, este estudo, de cunho bibliográfico, se baseia nas elaborações teórico-metodológicas deste campo de conhecimento. Por meio dele se identificou ênfases e abordagens predominantes em parte do pensamento acadêmico acerca do tema, assim como lacunas e possíveis questões que ainda demandem respostas. As problematizações que deram sustentação a esta pesquisa dizem respeito, especialmente, às categorias Estado, Educação Popular, sociedade civil, movimentos sociais, participação popular e democracia. As teses foram analisadas por meio de nove categorias operacionais: “Concepção de Estado”, “Concepção de Educação Popular”, “Relação entre Educação Popular e Estado”, “Abordagem Teórico-metodológica Usada”, “Sujeitos Investigados”, “Desenho Metodológico”, “Principais Autores”, “Participação dos Sujeitos” e “Principais Conclusões”. Ao final da pesquisa, foram observadas, entre outras coisas, a existência de disputa de sentidos e objetivos, no que concerne a Educação Popular; a predominância da constatação de compartilhamento de responsabilidades na execução ou na formulação de políticas e programas governamentais, no que concerne a relação entre a Educação Popular e o Estado; a concentração de análises nos impactos e implicações que tais compartilhamentos trazem para as organizações sociais e os movimentos sociais e populares.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Palavras-chave

Educação Popular; Estado; Estado da Arte.

ABSTRACT

This piece of work aims to contribute to the state-of-the-art on the Brazilian academic production relating to Popular Education and the State, at the level of doctoral theses. The empirical objects of the study are theses defended in postgraduate programs in Education, in Brazilian universities, from the 2000s. Although this is not a realisation of the actual state of the art, this bibliographic study is based on the most up-to-date theoretical-methodological elaborations on this field of knowledge. It has identified emphases and approaches that predominate in part of academic thinking about the subject, as well as gaps and possible questions that still require answers. The problematizations that gave rise to this research concern, in particular, the categories of State, Popular Education, civil society, social movements, popular participation and democracy. The theses were analyzed through nine operational categories: "Concept of State", "Concept of Popular Education", "Relationship between Popular Education and State", "Theoretical-methodological Approach Used", "Research Subjects", "Methodological Design", "Main Authors", "Participation of Subjects" and "Main Conclusions". By the end of the study, there were observed, among other things, the existence of disagreements on meanings and objectives, concerning Popular Education; there was a predominance in sharing responsibilities in the execution or in the formulation of governmental policies and programs, regarding the relationship between Popular Education and the State; the concentration of analyzes on the impacts and implications that such shifts bring to social organizations and social and popular movements.

Keywords

Popular Education; State; State-of-the-art.

I. Introdução

Este texto – resultado de uma investigação de mestrado – ocupa-se em contribuir com a realização de um estado da arte sobre a produção de conhecimento acerca da Educação Popular e do Estado. Para isso, analisaram-se teses de doutorado, defendidas a partir dos anos 2000, em programas de pós-graduação em educação de universidades brasileiras que tiveram a Educação Popular e o Estado como foco de suas análises. O objetivo da pesquisa não foi a realização de um estado da arte propriamente dito – tarefa demasiado extensa para um mestrado. Ela abrangeu uma pequena parte de trabalhos na área, não apresentando, portanto, dados que possam ser



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

compreendidos como expressão majoritária do campo de conhecimento da Educação Popular. A entrada no universo das teses se deu com o objetivo de examinar como textos qualificados apresentam análises sobre a Educação Popular, o Estado e a relação entre eles. A partir desse exame, realizou-se um diálogo com os trabalhos e foram propostas questões e levantadas hipóteses acerca desse campo de conhecimento permitindo, em última instância, analisar avanços e identificar desafios.

II. Metodologia

Os estados da arte são estudos bibliográficos de levantamento da produção acadêmica de determinado espaço e tempo que podem facilitar a ordenação da produção científica e a compreensão acerca da formação de um campo de conhecimento, suas ênfases e suas lacunas. Embora recentes, os estados da arte “já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido” (Romanowski & Ens, 2006, p. 39) e para potencializar a socialização dessa produção. São pesquisas de natureza qualitativa que lançam mão, por vezes, de elementos quantitativos como critério de análise. As múltiplas associações e os diversos recortes possíveis fazem com que os estados da arte sejam um processo em construção podendo ser revisitado, realimentado, redimensionado, por isso, eles não terminam em si mesmos (Cordeiro, 2015).

Nesta contribuição, seis teses foram analisadas. Elas foram selecionadas no banco de dados da Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações (BDTD). Primeiro usou-se o descritor “Educação Popular” nos campos de indexação: título, palavras-chave e resumo. Depois, combinou-se o resultado com os descritores nos mesmos campos: participação popular, poder popular, democracia, participação política, controle social, sociedade civil, ONGs, movimento social, movimento popular e políticas públicas – identificados, a partir da revisão bibliográfica, como termos que atravessam transversalmente o debate que acontece na arena mediada por Educação Popular e Estado.

As teses foram lidas em sua integralidade e foram categorizadas em uma tabela de análise, a partir de nove categorias operacionais (Minayo, 2013) – “Concepção de Estado”, “Concepção de Educação Popular”, “Relação entre Educação Popular e Estado”, “Abordagem Teórico-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

metodológica Usada”, “Sujeitos Investigados”, “Desenho Metodológico”, “Principais Autores”, “Participação dos Sujeitos” e “Principais Conclusões” – e de duas categorias empíricas – “Abordagem Explícita” e “Abordagem Implícita”. Elas foram analisadas tendo como base a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Franco, 2008) e como unidade de registro o “tema” (Franco, 2008).

III. Referencial teórico

Recorre-se a Zitkoski (2011, p. 20-21) para uma síntese do que seria Educação Popular¹. Trata-se de um trabalho de educação de base orientado por uma análise de classes sociais; é ação que objetiva organizar política e socialmente as classes populares; é a atuação consciente dos trabalhadores na defesa de seus direitos; é um processo educativo que objetiva libertar homens e mulheres em todos os sentidos, conscientiza e promove a participação política; está voltada para a análise crítica da realidade do povo; é uma educação que promove autonomia; se realiza a partir do nível sociocultural dos educandos; é vivenciada através dos saberes dos educandos, por meio do diálogo crítico; está articulada com os movimentos sociais podendo constituí-los, para potencializar o projeto de transformação social.

Dessa definição, destacam-se dois elementos que são chão para a caminhada da Educação Popular: o contexto político, social, cultural e econômico no qual ela se realiza e a possibilidade de transformá-lo.

No Brasil, na década de 1960, a organização dos movimentos sociais e o questionamento ao projeto de desenvolvimento, baseado na ideologia do nacional desenvolvimentismo (Paludo, 2001), promove o aparecimento de importantes experiências educativas que vão atualizar a proposta educacional executada na época e dar robustez à Educação Popular, no país. Citam-se algumas: em 1960, a criação do Movimento de Cultura Popular, no Recife; em 1961, a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal; também em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil cria o Movimento de Educação de Base; em 1963, a Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos.

¹ Para a elaboração de nove itens que definem a Educação Popular, Zitkoski utiliza escritos de Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire e Raúl Mejía (Zitkoski, 2011).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Aparentemente, a maior parte das experiências educativas populares que tiveram destaque na história nesses anos, estavam relacionadas à transformação da sociedade capitalista. Eram experiências que tensionavam no sentido de garantir avanços sociais, econômicos e políticos favoráveis às classes subalternas; vinculavam-se aos movimentos sociais organizados e tratavam de demandas coletivas, ligadas a necessidades estruturais de contingentes de pessoas carentes (Gohn, 2013).

Naquele momento, houve apoio, financiamento e incentivo do Estado para a realização de atividades já atravessadas pelos debates realizados no campo da Educação Popular, mas focadas na alfabetização das classes populares. Exemplo disso é: ainda em 1963, a Educação Popular foi base para a realização do Programa Nacional de Alfabetização (PNA)². Embora tenha havido, naquele momento, estreitamento da relação da Educação Popular com o Estado, era nos movimentos sociais que a Educação Popular fincava suas raízes, profundamente, estando comprometida com a classe trabalhadora.

O golpe militar acontece, no Brasil, em abril de 1964. O caráter autoritário e arbitrário da ditadura esvazia quase que totalmente o poder popular de diálogo, participação e intervenção no Estado. Da mesma forma, a proposta educacional que vinha sendo desenvolvida no país é atingida com toda a força. Os anos seguintes são marcados pela reorientação da política educacional e pelo arrefecimento das influências da Educação Popular.

A década de 1980 é marcada pelo avanço das forças populares com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com a aprovação da nova Constituição Federal que trazia em seu texto avanços conquistados pela classe trabalhadora, entre eles, a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental. O fortalecimento da luta popular durante a década de 1980 ultrapassa os muros das escolas e invade a educação pública, disputando espaço com um projeto educacional que marginalizava as classes populares e contribuía com a manutenção da ordem social vigente.

² O projeto, capitaneado por Paulo Freire, tinha a meta de alfabetizar milhares de adultos por meio da criação de 20 mil círculos de cultura, que aconteceriam, a princípio, nas áreas urbanas e posteriormente nas zonas rurais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As eleições de 1989 marcam a disputa de dois projetos políticos: um neoliberal e outro popular (Pereira & Pereira, 2010). Nas urnas, o projeto neoliberal é vitorioso, com a eleição de Fernando Collor de Mello. Tal projeto seguirá sendo implementado no país até o início do século XXI. A força da hegemonia neoliberal, o fim do socialismo real, as novas tecnologias da informação e da comunicação, vão dando contornos a um cenário caracterizado pela fragmentação da identidade da classe trabalhadora. Eclodem movimentos sociais ligados não mais a demandas estruturais locais ou nacionais e sim a demandas específicas de grupos. As frentes de luta se pulverizam, os movimentos se aproximam das organizações internacionais e as Organizações Não Governamentais (ONGs) vão ganhando espaço. Os anos que se seguiram, parecem ter sido, por parte dos movimentos sociais, de desestabilização de suas ações e concepções, de avaliação do momento histórico e de reformulação de estratégias (Paludo, 2001).

Para a Educação Popular, esse foi um tempo de revisões, com o debate se centrado nas refundações e reconceituações metodológicas, estratégicas, entre outras frentes. Segundo Gohn (2013, p. 42), a mudança operada na metodologia de trabalho desenvolvida pela Educação Popular a partir dos anos de 1990, que passou de áreas problemas para áreas temáticas específicas, “alterou o sentido da ação social coletiva. As ações deixaram de ser uma meta externa a ser atingida (...) e passaram a ser metas que visam operar mudanças nos próprios indivíduos”.

Com a vitória do PT, na eleição presidencial de 2002, inaugura-se uma mudança no Estado. Freia-se a lógica privatista, há uma retomada de investimentos e de defesa da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população como saúde e educação. Há uma ampliação do Estado em direção a uma maior participação popular e há práticas mais consistentes de diálogo, de transparência e de fiscalização dos recursos públicos. Lideranças históricas e quadros dos movimentos sociais passam a ocupar cargos no governo e a disputa de projetos de sociedade se acirra dentro da sociedade política.

No campo da Educação Popular, a ênfase também está dada na participação popular nas políticas públicas e na interface das práticas educativas com os “novos movimentos sociais³”, das

³ Segundo Brandão (2002, p. 232), os novos movimentos sociais têm como regra geral “uma forte individualização de vocações e um forte apelo a uma militância de identidades”. Na ação social de tais movimentos perde centralidade a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mais diversas áreas. Destaca-se, nesse aspecto, a criação da Rede de Educação Cidadã (RECID)⁴, a partir de 2003.

A consolidação de governos mais progressistas em municípios, estados e países da América Latina leva a alterações nas relações da administração pública com os movimentos sociais e populares e com a Educação Popular. A dicotomia presente nas décadas anteriores entre os governos e os movimentos sociais, que percebiam o Estado como inimigo a ser enfrentado, acaba dando passagem a outro tipo de relação e tensão.

Se com o estabelecimento de conjunturas mais democráticas houve um incremento da participação, esta não pressupõe automaticamente uma “partilha de poder” entre Estado e sociedade, no termos de Evelina Dagnino (2004, p. 205). Nos marcos do projeto neoliberal, a “participação” aponta para a chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na ‘responsabilidade social’, tanto de indivíduos como de empresas”.

Esse tipo de participação promove a transferência de responsabilidades sociais e de recursos do Estado para organizações sociais, dando contornos ao que tem sido chamado de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil. Conforme observa Dagnino (2004), nessas circunstâncias, o significado de sociedade civil (entendida como espaço de contradição e lutas pela hegemonia) tem se restringido a designar ONGs, ou mesmo o chamado “Terceiro Setor”. O “chamado ‘terceiro setor’ parte do ideológico pressuposto da realidade social setorializada; assim existiria um primeiro, um segundo e um terceiro setor: o Estado, o mercado e a ‘sociedade civil’” (Montaño & Duriguetto, 2011, p. 305). Numa perspectiva crítica, o fenômeno do terceiro setor, trata-se de particulares desenvolvendo atividade pública, para dar respostas a demandas sociais – antes de responsabilidade

perspectiva de luta de classe e a necessidade de superação do modo de produção capitalista para se transformar a sociedade.

⁴ A Recid é “uma experiência de gestão político-pedagógica e administrativo-financeira compartilhada (em rede), que ocorre no âmbito do território brasileiro, a partir da articulação entre Estado e sociedade civil”, segundo informações disponíveis no site do Instituto Paulo Freire <<http://www.paulofreire.org/>>. Ela desenvolve ações que partem do campo de conhecimento da Educação Popular e que se relacionam ao “desenvolvimento da economia solidária, ao controle social das políticas públicas, à organização popular, à geração de trabalho e renda, à defesa de todos os direitos conquistados pela população”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

do Estado – a partir de valores de solidariedade local, voluntariado, autorresponsabilização e individualização⁵.

No que tange à parceria, ressalta-se que ela não acontece somente entre o Estado e as ONGs ou o “terceiro setor”. A luta de movimentos sociais e populares para a concretização do poder popular, para ampliar o Estado no sentido de garantir conquistas das classes trabalhadoras, para superar a democracia formal, exigindo mais do que a participação em esporádicos períodos eleitorais, também produz relações com o Estado, que se dão no marco das parcerias. O que se vê “é a emergência e a difusão de um padrão de relações de cooperação (o qual não exclui necessariamente a chance de conflito) entre Estado e organizações da sociedade civil” (Silva & Schmitt, 2014, p. 98).

IV. Análise e discussão dos dados

As seis teses analisadas somam 1.431 páginas – uma média de 238 páginas para cada. Cinco foram escritas por mulheres. Há certa regularidade no momento de produção das pesquisas: a mais antiga foi defendida em 2005 e a mais recente em 2013. Ainda há outras duas defendidas em 2009, outra em 2007 e outra em 2010.

Todos os trabalhos anunciam um enfoque dialético e a maioria utiliza o materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico. Dos objetos empíricos investigados, três são ONGs, dois são cursos formais de educação – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) – ainda há um estudo feito como moradores de um bairro popular e um estudo bibliográfico. Em relação às metodologias de pesquisa há uma sistematização de experiência, uma pesquisa participante, um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica. Somente uma das teses é crítica em relação à Educação Popular.

Todas as autoras e o autor dos trabalhos são professores universitários, no Brasil. Somente duas autoras tinham algum tipo de vínculo direto, para além da pesquisa, com os objetos empíricos

⁵ O debate das ONGs não se reduz ao debate da consolidação e ampliação do terceiro setor. Elas são anteriores a ele. Num contexto internacional, o termo é utilizado pela ONU, ainda na década de 1940, para designar entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. No Brasil, a partir da década de 1960, elas surgem como centros de Educação Popular e de assessoria a movimentos sociais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

analizados. As outras pesquisadoras e o pesquisador se aproximaram de seus objetos empíricos para a realização da tese.

As principais referências teóricas apresentadas nos trabalhos são: Paulo Freire, informando o debate sobre Educação Popular. Vanilda Paiva é o nome mais referenciado no tema da escola pública. Antonio Gramsci é o destaque que informa o tema do Estado; Pedro Pontual e Danilo Streck são referências para os temas da participação e da parceria entre Estado e movimentos sociais. Por fim, Oscar Jara e Carlos Brandão informam os temas das metodologias participativas.

De maneira geral, é possível afirmar que, nesses estudos analisados, a capacidade da Educação Popular, enquanto prática político-pedagógica, de contribuir para a transformação da sociedade capitalista é a questão chave que permeia todos os debates. O tema da transformação social transita entre a crítica e o apoio ao que se pode agrupar em torno dos termos “ação” ou “consciência” comunitária. Em um extremo, o da crítica, se evidencia o argumento de que ações enquadradas nesse agrupamento não geram resultados que promovam mudanças estruturais na sociedade e que podem, muitas vezes, fortalecer o sistema capitalista. No outro extremo, o do apoio, está a afirmação de que o avanço da organização comunitária minimiza os impactos negativos do sistema capitalista. No meio do caminho, estão os que defendem a necessidade de mudanças estruturais, mas que não perdem de vista a urgência das demandas materiais locais e as potencialidades de resistência vividas nos territórios. Dessa forma, parecem ser perguntas orientadoras para o campo da Educação Popular: há afinal práticas de Educação Popular que dão conta de uma perspectiva estruturante da sociedade capitalista? Onde e como elas estão ocorrendo? Será que as práticas focadas nas condições locais das comunidades podem contribuir para a transformação estrutural da sociedade? Se podem, como o fazem?

Entretanto, mesmo entre os que reafirmam o compromisso da Educação Popular com a transformação social há a compreensão de que, no atual momento histórico, não há um indicativo claro de um projeto político capaz de apresentar uma alternativa ao atual projeto hegemônico de sociedade. A construção de uma agenda comum que supere a fragmentação da Educação Popular e aponte para a construção de um projeto popular hegemônico, parece ser uma das grandes questões em aberto esse campo de conhecimento.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Estado: a necessária desnaturalização do conceito

No que tange às concepções de Estado, o levantamento feito vem no sentido de corroborar a constatação de Morrow e Torres (2004, p. 33) de que “a contribuição de Antonio Gramsci tem sido central nos trabalhos de intelectuais, profissionais de ONG’s, professores e ativistas sociais no contexto da educação popular na América Latina”. Somente a tese 01 não se refere a Gramsci. Mas o que explicaria esse fato e em que ele implicaria na produção do debate acadêmico sobre a Educação Popular e o Estado?

Gramsci cunha o conceito de Estado ampliado, que é formado pela sociedade política – responsável pela dominação coercitiva – e pela chamada Sociedade Civil – onde os grupos sociais se organizam, disputam interesses, difundem valores, culturas, ideologias, conquistam ou conservam hegemonia.

A hegemonia, na teoria gramsciana, “não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos (Montaño & Duriguetto, 2011, p. 45). Para as classes subalternas conquistarem hegemonia seria necessária uma intensa preparação das massas e uma nova concepção de mundo.

Se os indivíduos abraçaram as crenças que reforçam a ordem social que os oprime, então elas não irão desaparecer automaticamente quando as condições objetivas para a mudança revolucionária (i.e. crise econômica) ocorrerem. Desta perspectiva, portanto, um aspecto crucial da estratégia revolucionária tinha de ser a luta cultural (e num senso mais lato, educativa) anterior à emergência de uma crise revolucionária (Morrow & Torres, 2004, p. 34).

A presença central de uma dimensão educativa nas teorias de Gramsci pode sinalizar uma explicação para o destaque que elas têm nos trabalhos pesquisados. Além disso, entre a Educação Popular e Gramsci é possível traçar relações. Ainda que pudesse estar ausente nos primeiros escritos de Paulo Freire, já na década de 1970 o pensamento e o discurso de Freire não separam mais a educação da política. Iniciando em Marx e avançando até Gramsci, os escritos do brasileiro vão, cada vez mais, dando espaço, direta ou indiretamente, a conceitos gramscianos como: a educação como processo de elevação cultural, os novos intelectuais, o partido como intelectual-coletivo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(Scocuglia, 1999). De maneira gradativa e crescente, a teoria de Gramsci vai informando o campo da Educação Popular e, possivelmente, os que dela se aproximam.

Apesar de Gramsci ser, na maioria das teses estudadas, referência teórica para a formulação de uma concepção de Estado, ainda que pese o fato de a compreensão de Estado não ser a mesma em todas elas, talvez o mais relevante a se destacar, neste estudo, seja a constatação de que alguns trabalhos não se ocupam em definir o que estão compreendendo por Estado. Em duas pesquisas não há uma abordagem explícita do que é o Estado (teses 01 e 03). Foi necessário buscar elementos ao longo dos textos para inferir como as autoras definem o que vem a ser o Estado. Em outra, o conceito é explícito, mas não é claro (tese 02).

A partir da observação das teses, percebe-se certa “naturalização”, em graus diferentes, de determinados conceitos – no caso o de Estado. O conceito de Estado não escapa ao fato de que “todo conceito é historicamente construído” (Minayo, 2013, p. 177) e, portanto, dinâmico. Ele só pode ganhar sentido e materialidade a partir de determinada realidade, observando as particularidades e aspectos que o conformam.

Da mesma forma, quando um conceito é naturalizado, um risco que se corre é o de se desconsiderar a totalidade social, da qual o sujeito investigado é parte. Segundo Ciavatta (2001, p. 123), “no sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem”. Os fatos sociais estabelecem relações entre si e com o todo, que compõe uma totalidade dinâmica. Ocupar-se em depurar e analisar rigorosamente uma totalidade social, compreendendo e definindo seus componentes e suas relações é imperativo para a compreensão do movimento do real, em sua concretude (Kosik, 1976) e uma exigência que deve ser permanentemente perseguida quando o objetivo é capturar as dinâmicas do objeto analisado, compreendê-lo e, inclusive, transformá-lo.

Educação Popular: uma disputa de sentidos e projetos

Há, nos trabalhos estudados, diferenças no que tange à conceituação de Educação Popular. Quatro grandes tendências de compreensão do que é a Educação Popular podem ser identificadas



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nas teses⁶: 1) a que relaciona a Educação Popular a processos de organização local e de conscientização comunitária, sem perspectiva de classe; 2) a que define a Educação Popular como experiências educativas que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960 e que tinham o objetivo de adequar a classe trabalhadora a um projeto de nação; 3) a que enquadra a Educação Popular como educação não formal e 4) a que entende a Educação Popular como uma prática pedagógica que chega ao século XXI e que possui uma dimensão política e de transformação da realidade.

A ampla divergência de conceituação encontrada pode indicar que existe uma disputa de sentidos e de projetos dentro do campo, que tem sido comumente chamado de Educação Popular. Admitindo a possibilidade de tal disputa, poderia ser relevante que os pesquisadores interessados no tema atentassem para ela e buscassem refletir sobre o que estão entendendo que é Educação Popular nos contextos de suas investigações. E ainda, se tais disputas de sentido ocorrem no âmbito acadêmico, é possível conjecturar que elas também ocorram no seio dos movimentos e das organizações sociais que desenvolvem atividades de Educação Popular. Não se pode, nos limites deste trabalho, avançar em direção à confirmação dessa hipótese. Fica a sinalização de que ela pode ser explorada em outros estudos.

Outro elemento que merece registro é o fato de as teses se ocuparem em distintos graus em abordar e compreender o processo histórico pelo qual passa a Educação Popular – necessidade imperativa para as pesquisas, uma vez que não é possível falar da Educação Popular como um conceito abstrato, genérico e aplicável a qualquer contexto.

Somente a tese 01 não registra os processos e as questões que perpassam os sujeitos da Educação Popular a partir da década de 1990 até hoje – a chamada refundação da Educação Popular. A tese 06, por sua vez, faz o debate histórico de maneira indireta, ao resgatar a história do objeto empírico que está analisando. Em graus bastante diferentes os outros trabalhos discutem a refundação da Educação Popular.

⁶ A composição desta classificação se apoia em Carlos Brandão (2002) que, ao tratar do percurso da Educação Popular no Brasil, dá pistas que auxiliam na compreensão desta “experiência polissêmica”. Não se trata de uma reprodução da classificação feita por Brandão, mas a pesquisa do autor informa e orienta a análise das teses realizada nesta contribuição a um estado da arte.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Entretanto, são as teses 02 e 04 – que estudaram cursos do MOVA e do PRONERA – que chamam a atenção nesse aspecto. A refundação vivida pela Educação Popular não possui centralidade em nenhum dos dois trabalhos. Eles fazem referência a esse momento de maneira sintética e ligeira, mas cumpre ressaltar, que ambos são os únicos que registram certo tipo de resistência a uma suposta fragilização da Educação Popular, no que tange ao seu objetivo de contribuir com a transformação radical da sociedade, tendo como referência a ampliação do Estado, da democracia e a constituição do poder popular. Talvez explique essa abordagem o fato de que as duas teses são as únicas feitas a partir de uma metodologia participativa. Diferente das outras autoras e autor, as duas autoras são as únicas que têm trajetória de militância social relacionada aos sujeitos das pesquisas. Parece que as conclusões a que chegam os trabalhos podem estar relacionadas a um tipo de relação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Tal hipótese não representa uma desqualificação dos outros trabalhos, há que se registrar, mas uma distinção destes em relação àqueles.

Relação entre Educação Popular e Estado: um vínculo que impacta ambos

Implica esclarecer que neste texto se trabalha com a perspectiva de que a relação estabelecida entre a sociedade civil e o Estado não é dada dentro de um padrão único, uniforme e permanente. Se admite que haja diferentes relações, com diferentes objetivos⁷. Aqui, relação não está sendo observada e analisada como algo que ocorre entre um objeto determinado, pré-existente, com características fixas e que, posteriormente, entra em contato com outro objeto. Entende-se que o próprio objeto só existe na relação dialética com o outro “constituindo-se no que é, a partir desta relação” (Silva, 2006, p. 160).

Começa-se por observar que nenhuma das teses situa mais a relação da Educação Popular com o Estado num campo, exclusivamente, de oposição e/ou enfrentamento, ou mesmo de cobrança

⁷ Segundo Silva e Moura (2008), houve, na literatura nacional brasileira sobre esta relação, predomínio de uma visão de oposição – maniqueísta e dicotômica – que colocava o Estado em um polo autoritário e a sociedade civil em um polo democrático. Trata-se de uma visão que tem como pressuposto a existência de um vínculo naturalmente positivo entre organização societária e democratização, mantendo, em geral, uma análise estilizada e homogênea da sociedade civil.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

e/ou reivindicações. Todas situam essa relação em outro nível relacional, mais próximo da parceria ou da participação.

As teses 02 e 04, que analisaram atividades educativas planejadas e executadas conjuntamente pela sociedade civil e pelo Estado – MOVA e PRONERA, respectivamente – posicionam a relação entre os dois elementos no nível da parceria.

A tese 02 fala de uma parceria entre Estado e sociedade civil, na medida em que há “um processo de construção conjunta de vontades (objetivos) do Estado e da sociedade na produção de serviços públicos, onde ambos compartilham responsabilidades específicas” (Tese 02, p. 25). Também registra que trata-se de um processo tenso e conflituoso. “Percebeu-se, muito cedo, que o Estado operava com outra lógica e não estava 'preparado' para administrar 'em parceria'. As dificuldades foram enormes para respeitar, na prática, a autonomia dos grupos sociais” (Tese 02, p. 73).

Por sua vez, a tese 04 não parece situar a parceria entre Educação Popular e Estado tendo como foco os objetivos da ação conjunta. O termo “parceria”, nesse trabalho, parece estar mais relacionado a um processo de aproximação que teria a finalidade de “ampliar o Estado em direção aos interesses dos setores excluídos da sociedade” (Tese 04, p. 40). Essa tese parece deixar mais evidente que a relação entre sociedade civil e Estado altera ambos e pode resultar em processos que contribuam para construção de uma hegemonia popular ou que fortaleçam o atual projeto de sociedade.

Em direção distinta, vão as análises das teses 03, 05 e 06. No caso desses trabalhos, a relação está mais próxima de uma “substituição” do Estado na oferta de políticas sociais, com consequente fortalecimento do sistema capitalista⁸.

Destaca-se que a tese 03 trata a relação entre ambos a partir da visão dos educadores que trabalham nas duas ONGs pesquisadas – o que é um diferencial em relação aos outros trabalhos. É a partir de como eles compreendem Educação Popular, como definem e explicam suas práticas educativas, como veem o resultado de seus trabalhos que a autora vai posicionando a relação. Tendo

⁸ A tese 05 ainda acrescenta que durante o “Estado Novo” (1937-1945), a relação da Educação Popular como Estado seria estratégica, no sentido de adequar as massas trabalhadoras a um projeto de estado.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

em conta a visão dos educadores entrevistados, a autora conclui que é um desafio das ONGs “realizar uma educação popular efetivamente crítica” (Tese 03, p. 206).

No âmbito deste texto, cabe perguntar que tipo de conclusão poderia chegar um pesquisador que se propusesse a analisar a relação entre Educação Popular e Estado, tendo como foco de análise a Educação Popular enquanto paradigma pedagógico mediador da relação, com determinada intencionalidade, com estratégia e metodologia específicas, com objetivos definidos.

Por fim, a tese 01 se diferencia das outras teses. Ela situa a relação da Educação Popular com o Estado mais no campo da participação social. A autora entende a Educação Popular como um arcabouço de conceitos teóricos e metodológicos capaz de informar uma prática participativa. Essa prática se caracterizaria pela necessidade de a população que compõe “todos os segmentos sociais” ser consultada (Tese 01, p. 176), no que tange à solução dos problemas da comunidade e à “obrigação” do poder público “de reverter ou, pelo menos, mitigar o quadro de insalubridade ambiental” (Tese 01, p. 174).

O estabelecimento, entre a sociedade civil e o Estado, de certo grau de compartilhamento de responsabilidades na execução ou na formulação de políticas e programas governamentais pode estar “conformando um novo padrão de relações entre setores da sociedade civil e o Estado, com importantes implicações tanto para os primeiros quanto para o segundo” (Silva & Schmitt, 2014, p. 98). Observar e analisar essas possíveis implicações nos movimentos sociais, ligados ao campo da Educação Popular e, mesmo, no Estado e nos governos parece ser um campo ainda aberto de pesquisa. Além disso, entender como a Educação Popular, enquanto prática político-pedagógica, pode contribuir na formação de atores sociais que lutam pela construção de uma hegemonia popular também parece ser um horizonte a ser explorado e compreendido.

V. Conclusões

Após analisadas as teses e considerando as afinidades entre os trabalhos, o que se percebe é que a Educação Popular mantém suas bases históricas e suas relações de origem, que pressupõem a transformação social e a libertação do oprimido (Freire, 2005), mas que há aí uma intensa disputa de sentidos e objetivos. Essa disputa parece evidenciar a necessidade das organizações e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

movimentos sociais e populares que se articulam por meio da Educação Popular e que têm como horizonte de ação a superação da sociedade capitalista, pensarem e repensarem permanente e estrategicamente suas ações.

Também parece haver uma aproximação entre os trabalhos no que se refere à relação estabelecida entre a Educação Popular e o Estado. Nenhuma das teses restringe tal relação a uma postura de enfrentamento daquela em relação a este. Todas apontam, em alguma medida, a existência de certo grau de compartilhamento de responsabilidades na execução ou mesmo na formulação de políticas e programas governamentais.

O predomínio desse tipo de relação conforma um novo padrão de relação entre a sociedade civil e o Estado, com implicações tanto para um quanto para outro. O complexo cenário que se apresenta para os movimentos é o de relacionar a execução de programas e projetos com a disputa de projetos políticos, tanto na esfera da sociedade civil quando da sociedade política.

As seis teses estudadas enquadram a relação da Educação Popular e o Estado em análises que focam os impactos e implicações dessas relações nos movimentos ou organizações sociais. Não há entre os trabalhos analisados e nem na bibliografia pesquisada, investigações que foquem essas relações analisando, principalmente, suas implicações e impacto no Estado ou nos governos. Talvez haja aí espaço para novas análises.

Quanto às abordagens teórico-metodológicas das teses analisadas, todas anunciam que trabalham com uma abordagem dialética. O materialismo histórico-dialético é a referência da maioria delas. Tal dado parece relevante, na medida em que, no campo das ciências sociais, no Brasil, a partir da década de 1990, “toma conta do ambiente da pesquisa e do ensino nas universidades uma ampla constelação de posturas pós-modernas” (Frigotto, 2001, p. 25). De alguma forma, o campo de conhecimento da Educação Popular parece conservar o interesse em compreender a realidade como uma totalidade histórica e dinâmica e sujeito e objeto como elementos em permanente relação constitutiva, não cedendo a análises fragmentadas, relativistas ou evolucionistas da realidade.

Por fim, destacamos que as análises das teses, as hipóteses aqui levantadas e as questões propostas são – como são os estados da arte em geral – frutos de uma leitura possível dos materiais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Elas devem ser encaradas como uma proposta de diálogo com outros pesquisadores, numa tentativa de contribuir para a ampliação e o aprofundamento dos estudos do campo da Educação Popular.

VI. Teses analisadas

TESE 01 - Eliana S de Brito Paixão. *Realidade Socioambiental do Laranjal do Jari/AP: soluções apontadas por moradores na perspectiva da Educação Popular*. 2013 – UFU, Uberlândia.

TESE 02 - Maria Alice de Paula Santos. *Tecendo a Rede MOVA-Brasil: sua história, seus sujeitos, suas ações*. 2007 – USP, São Paulo.

TESE 03 - Aline Maria Batista Machado. *Organizações Não Governamentais – ONGs: trajetórias, concepções e práticas em Educação Popular*. 2009 – UFPB, Paraíba.

TESE 04 - Lucineide Barros Medeiros. *Parceria e dissenso na Educação do Campo: marcas e desafios na luta do MST*. 2010 – Unisinos, São Leopoldo.

TESE 05 - Luciana Pedrosa Marcassa. *Movimentos e ideias sobre Educação Comunitária no Brasil: matrizes filosóficas e desdobramentos históricos no século XX*. 2009 – Unicamp, Campinas.

TESE 06 - Dileno Dustan Lucas de Souza. *Organizações Não Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)*. 2005 – UFRGS, Porto Alegre.

VII. Bibliografia

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brandão, C. R. (2002). *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes.

Ciavatta, M. (2001). O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes.

CORDEIRO, B. (2015). *Educação Popular e Estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Dagnino, E. (2004). Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In.: GRIMSON, Alejandro (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Franco, M. L. P. (2008). *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora. (Série Pesquisa, 6).
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frigotto, G. (2001). A nova e velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.
- Minayo, M. C. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed., São Paulo: Hucitec.
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2011). *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez.
- Morrow, R., & Torres, C. A. (2004). Gramsci e a educação popular na América Latina: Percepções do debate brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*. v. 4, n. 2, jul/dez.
- Paludo, C. (2001). *Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Pereira, D. F., & Pereira, E. T. (2010). Revisitando a história da Educação Popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR [online]*. Campinas, n. 40, pp. 72-89, dez.
- Romanowski, J., & Ens, R. (2006). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, pp. 37-50, Sep/Dic.
- Scocuglia, A. (1999). Origens e prospectiva do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. *Educação e Pesquisa [online]*. vol. 25, n. 2.
- Silva, M. K. (2006). Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*. Ano 8, n. 16, jul/dez.
- Silva, M. K., & Moura, J. T. (2008). Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*. v. 16, n. supl., ago.
- Silva, M. K., & Schmitt, C. (2014). As organizações sociais e o Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In.: MARX, Vanessa (Org.). *Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Zitkoski, J. (2011). Educação Popular na América Latina – Raízes históricas e temas emergentes. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene (Org.). *Redes de Pesquisa: trabalho, movimentos sociais e educação: redes de pesquisadas*. Porto Alegre: Ed. Instituto Itapuy.